

GOVERNAR COMO UM HOMEM: A “RAZÃO HIPERVIRIL” NO DISCURSO NEOFASCISTA DE JAIR BOLSONARO

GOVERNING LIKE A MAN: THE "HYPER-MASCULINE REASON" IN JAIR BOLSONARO'S NEO-FASCIST DISCOURSE

Carlos Piovezani

Professor associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Filipo Figueira

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorado em curso no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

Neste artigo, sustentaremos a hipótese de que um ideal neofascista de hipervirilidade desempenha uma função estruturante no discurso bolsonarista. Um de seus elementos privilegiados é o que chamamos aqui de “razão hiperviril”, isto é, a presença constitutiva ora mais, ora menos manifesta de uma virilidade hipertrofiada para justificar e legitimar suas mais diversas políticas de governo. Nossas reflexões e análises estão baseadas em postulados e procedimentos da análise do discurso. Examinaremos alguns enunciados proferidos por Bolsonaro nas chamadas “lives de quinta”, pronunciamentos e intervenções realizadas às quintas-feiras no Palácio do Planalto, veiculadas via canal oficial da Presidência da República em uma plataforma digital ao longo de todo o seu mandato.

Palavras-chave: discurso; bolsonarismo; virilidade; gênero.

ABSTRACT

This article will support the hypothesis that a neo-fascist ideal of hyper-virility plays a structuring role in Bolsonaro's discourse. A privileged element of the latter is what we refer to here as ‘hypervirile reason’, that is, the constitutive presence of a more or less manifest hypertrophied virility to justify and legitimize his various government policies. These reflections and analyses are based on the postulates and procedures of discourse analysis. We will examine some of the utterances made by Bolsonaro in the so-called ‘lives de quinta’, pronouncements and speeches made on Thursdays at the Planalto Palace and broadcast via the Presidency's official channel on a digital platform throughout his term in office.

Keywords: discourse; bolsonarism; virility; gender.

Introdução

O neofascismo reinventou um tempo antes do gênero. Além e aquém da alucinada onipresença do comunismo em qualquer ideia ou ação que fuja da pura expressão reacionária da extrema direita, ele anuncia ou simula anunciar a vontade de regresso a esse mito da era de ouro da natural e absoluta divisão entre homens e mulheres ideais.

No artigo “Neoliberalismo, manipulação pela fé e repressão: a fórmula da extrema-direita para o Brasil” (2025), publicado pelo portal *Brasil 247*, o jornalista Leonardo Attuch apresenta um prognóstico do futuro da extrema direita brasileira para a corrida presidencial de 2026. Segundo Attuch, o projeto bolsonarista para preencher o vácuo representativo deixado pela derrocada política do ex-presidente Jair Bolsonaro – réu por tentativa de golpe de Estado após perder a reeleição para Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2022 – é hoje quase “evidente”: “um modelo que combina privatização em larga escala, repressão policial e uma liderança evangélica para consolidar o poder”.

Na linha sucessória de Bolsonaro, calcula Attuch, figurariam três personagens fundamentais: Tarcísio de Freitas, Michelle Bolsonaro e Guilherme Derrite. O atual governador de São Paulo, capitão inativo do Exército brasileiro e entusiasta das privatizações e da violência policial, encabeçaria a chapa para as eleições presidenciais de 2026, representando os interesses do mercado financeiro e do bloco de poder dominante. A vaga aberta no governo do Estado com sua promoção à presidência da República seria preenchida por Guilherme Derrite, capitão reservista da Polícia Militar de São Paulo e atual secretário de Segurança Pública do governo estadual, notório pelo incentivo à repressão e à violência policial, já usada e a ser ainda mais empregada diante dos futuros protestos gerados pelo agravamento das desigualdades decorrentes das políticas neoliberais. Por fim, esposa do ex-presidente, Michelle Bolsonaro, seria não só a vice de Tarcísio de Freitas, mas também a responsável por encarnar os valores (e interesses) das igrejas evangélicas neopentecostais. Sua função, complementar à da repressão violenta, seria principalmente a de apaziguar as revoltas populares com justificativa divina: “Se o povo sofre, é porque Deus quer assim. Se os ricos prosperam, é porque foram abençoados”, escreve Attuch (2025). A fórmula política composta de *neoliberalismo*, *autoritarismo policialesco* e *evangelismo* formaria o “tripé” do bolsonarismo do presente e, sobretudo, do futuro.

Análises conjunturais semelhantes parecem menosprezar certos aspectos centrais do bolsonarismo que garantiriam sua força no cenário político e na sociedade brasileira. Apesar de apresentar uma previsão bastante possível do cenário eleitoral em 2026 – ao menos até o momento, pois Tarcísio de Freitas e Michelle Bolsonaro são fortes candidatos bolsonaristas para o pleito presidencial –, observações dessa natureza tendem a simplificar o fenômeno bolsonarista a uma simples relação maquínica ou causal de suas partes: *neoliberalismo* provocando desigualdade; *repressão* e *religião* remediando seus efeitos sociais. Vale lembrar que implementações e/ou desdobramentos de políticas neoliberais em governos anteriores no Brasil

não fizeram da cristandade neopentecostal e da violenta repressão policial pilares de suas gestões.¹ Aparentemente, escapa ainda a essas análises aquilo que subsistiria à articulação dos eixos bolsonaristas, isto é, seus aspectos propriamente *ideológicos*, que, antes de fatores quase aleatórios do “projeto político” bolsonarista, são elementos constitutivos e estruturantes do bolsonarismo, responsáveis pela identificação e adesão de massa conquistadas por esse movimento no cenário político brasileiro. Sustentamos aqui que o autoritarismo policialesco e a inflexão cristã neopentecostal, assim como outros constituintes do bolsonarismo, não são “respostas” à política econômica neoliberal, mas componentes ideológicos articulados e sobredeterminados pela hipervirilidade, onipresente em sua prática política.²

A centralidade da “ideologia de gênero” foi muitas vezes relegada a segundo plano ou descartada como “diversionismo” por observadores tradicionais da política brasileira (Miguel, 2021). Muitas análises acadêmicas também compartilham essa mesma desconsideração com as dinâmicas de gênero e sexualidade na atual crise democrática brasileira. A crise democrática atual é enquadrada como um sintoma da crise maior do sistema capitalista, sem, contudo, considerar a centralidade que a ideologia antigênero cumpriria em seu próprio bojo (Silva, 2022). Não poucas análises do bolsonarismo parecem cair na mesma armadilha do “privilegio ontológico” concedido aos marcadores de classe que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015, p. 118) identificam no pensamento marxista não renovado, no qual a economia aparece como “determinação em última instância” dos fenômenos políticos. Numa palavra, violência policial e conservadorismo evangélico seriam apenas superestruturas.

Uma das lições do pensamento feminista consiste em conceber a construção histórica e social dos gêneros como uma das mais primárias relações de poder e de opressão. Com uma duração tão longa e com uma consistência tão sólida, suas práticas e ideias quase se tornam uma constante antropológica. Considerando esse quadro e nos valendo dessa lição, postulamos a existência de uma relação constitutiva do bolsonarismo, enquanto movimento político neofascista, com as dinâmicas de gênero e sexualidade. Mais particularmente, sustentamos que no interior dessas dinâmicas funcionam injunções hiperbólicas da masculinidade.³

¹ De forma mais ou menos eventual e estratégica, esses fatores estiveram presentes em gestões anteriores da Presidência da República. Houve, por exemplo, um aceno petista ao evangelismo, sintomático do ambiente político nascente que gestaria o bolsonarismo, com a “Mensagem da Dilma”. Publicada na ocasião das eleições presidenciais de 2009, essa carta sucedeu outra, a “Carta ao povo de Deus”. Ambas eram basicamente uma revisão das posições mais progressistas relativas aos direitos reprodutivos das mulheres e aos direitos familiares de pessoas homossexuais. Na “Mensagem”, cedendo à ideologia antigênero que passava a estruturar a política brasileira (Junqueira, 2018) e que sustentaria o golpe parlamentar cometido contra ela, Dilma Rousseff expressava-se pessoalmente “contra o aborto”, comprometendo-se a não legislar sobre qualquer questão que afrontasse a “família”.

² Sobre a lógica da sobredeterminação, explicam Laclau e Mouffe (2015, p. 177): “o sentido de toda identidade é sobredeterminado, na medida em que toda literalidade aparece como constitutivamente subvertida e excedida; longe de ser uma totalização essencialista, ou uma separação não menos essencialista entre objetos, a presença de alguns objetos nos outros impede que quaisquer de suas identidades sejam fixadas. Os objetos aparecem articulados não como peças de uma engrenagem, pois a presença de uns nos outros impede a sutura da identidade de qualquer um deles”. O bolsonarismo, assim, não é uma soma hierarquizada de suas partes, mas a sobredeterminação de todas em uma identidade flutuante, que não cessa de se estratificar e desestratificar.

³ Outras análises, entre as quais destacamos as de Borba (2020), Gonçalves (2024), Miguel (2021), Morais e Lopes (2024) e Silva (2022), indicam a condição central das dinâmicas de gênero e sexualidade no bolsonarismo: “Sem o antifeminismo e a homofobia agressivos,

Neste artigo, integramos, assim, a rede de análises que reconhecem a condição constitutiva dos gêneros e das sexualidades, sustentando a hipótese de que o movimento e a ideologia bolsonaristas se estruturam através de um ideal neofascista de *hipervirilidade* (Figueira; Piovezani, 2025). Mais especificamente, propomo-nos a analisar aqui uma de suas principais materializações discursivas, o que chamamos “razão hiperviril”: a presença constitutiva, ora mais, ora menos manifesta, de uma virilidade hipertrofiada no discurso bolsonarista, especialmente quando são convocadas concepções cis-heteronormativas, patriarcais e masculinistas de gênero e sexualidade para legitimar, sustentar ou justificar suas proposições políticas. Os dados a serem analisados são as “lives de quinta”, pronunciamentos e intervenções realizadas às quintas-feiras no Palácio do Planalto por Jair Bolsonaro – líder e principal porta-voz do bolsonarismo –,⁴ veiculadas durante todo o seu mandato. Nessas transmissões, Bolsonaro comentava as políticas implementadas por seu governo na última semana, muitas vezes acompanhado de ministros ou outros agentes, constituindo-se num canal direto e privilegiado de comunicação com seus seguidores. Analisaremos aqui enunciados de duas *lives*, nas quais a “razão hiperviril” se materializa de formas diversas.⁵ Nossas reflexões e análises baseiam-se em postulados e procedimentos da análise do discurso, particularmente em noções de “significante vazio” e “articulação”, concebidas por Ernesto Laclau (2013) e presentes em suas considerações sobre as interpelações ideológicas no fascismo e no populismo.

Nosso texto está disposto da seguinte forma: na primeira seção, comentamos as relações históricas do fascismo com a virilidade, introduzindo na esteira de Butler (2024) o enquadramento das extremas direitas contemporâneas como “neofascismos antigênero”. Ainda nessa seção, apresentamos o que compreendemos por “ideal de *hipervirilidade*”. Na seção seguinte, esclarecemos alguns elementos da fundamentação teórica de nossas análises, principalmente a noção de discurso de Laclau (2013) e suas correlatas: “articulação”, “campo de discursividade” e “pontos nodais”. Além disso, discutimos o modo como Laclau concebe a “unidade ideológica” do fascismo. Finalmente, dedicamos a terceira seção à análise da “razão hiperviril” no discurso de Jair Bolsonaro, focalizando a forma como as interpelações de *hipervirilidade* funcionam na articulação de suas propostas de governo.

Bolsonaro perderia seu diferencial e reduziria seu capital político. Portanto, a visão convencional do marxismo e do movimento operário, que vê este eixo da luta política como ‘secundário’ diante da agenda econômica aceita como primordial, está duplamente equivocada – tanto por negligenciar a centralidade que o combate às violências de gênero tem para as vidas de uma parcela majoritária da população quanto por ignorar seu peso na emergência de uma nova direita radical de massas” (Miguel, 2021, p. 9).

⁴ Consideramos, para todos os casos, que o bolsonarismo, apesar de sua relação genealógica com a pessoa de Jair Bolsonaro – o que não é sem importância para um movimento político autoritário e populista (Laclau, 2013) –, extrapola-o, podendo existir inclusive sem ele, possuindo, assim, certa autonomia ideológica, organizativa e política.

⁵ A transcrição e o arquivo de áudio de todas as “lives de quinta” podem ser encontrados gratuitamente em REVISTA Piauí: as *lives* de Bolsonaro. [S. l.]: Revista Piauí, [2022]. Disponível em: <https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=f101a470b718786b>. Acesso em: 14 maio 2024.

Fascismo antigênero e o ideal de “hipervirilidade” no bolsonarismo

Sabemos que já existe uma literatura crítica qualificada para analisar aspectos “políticos” do bolsonarismo. Pautadas em perspectivas macroeconômicas e macropolíticas, muitas de suas obras, contudo, não avançam além de sua caracterização como movimento neoliberal e populista, por vezes autoritário ou neofascista (Silva, 2022). Boa parte dessas pesquisas ora desconsidera, ora trata como secundário o importante papel desempenhado pelas dinâmicas de gênero e sexualidade no bolsonarismo. Em contrapartida, nós o caracterizamos aqui como um fenômeno político neofascista, precisamente em razão do modo como tais dinâmicas se articulam com as duas outras lógicas políticas fascistas: a organização populista em um regime de massas e a concepção militarista e totalitária das vidas pública e política (Laclau, 1978; 2013; Boito, 2020). Defendemos, enfim, que seu caráter *neofascista* decorre, entre outras razões, do fato de que um ideal de *hipervirilidade* compõe seu cerne e estrutura seus discursos.

Antes de ser uma particularidade bolsonarista, essa relação é, na realidade, uma marca dos fascismos históricos e um traço constitutivo dos neofascismos contemporâneos. De fato, as ideologias que animavam os fascismos italiano e alemão organizavam-se em torno de triagens e discriminações de *raça* para a produção de um “novo homem europeu” (Audoin-Rouzeau, 2013). Ocorre que, calcadas em preceitos patriarcais e heteronormativos, as ideologias fascistas empenhavam-se em representar a vitalidade de suas sociedades racializadas, incutindo-lhes características de uma **virilidade guerreira e militarizada**: a grandiosidade da Itália advinha diretamente de seu passado glorioso como a **pátria** conquistadora dos “soldados do Império Romano”, e a pureza da Alemanha, como a *Vaderland* insubmissa dos “resistentes guerreiros germânicos”. Nos fascismos históricos, tratava-se efetivamente da produção de um novo **homem**, do **gênero masculino**: não apenas um homem branco europeu, mas também e necessariamente **heterossexual, sexualmente potente e guerreiro**. Isso porque o resgate de um elo de virilidade perdido na história de “feminização e depravação” das sociedades italiana e alemã era fundamental (Chapoutot, 2013).

No atual levante mundial do **neofascismo**, esse traço generificado, masculinista, acentuou-se. Não estamos com isso sugerindo que a **raça** tenha desaparecido ou perdido importância nas ideologias neofascistas. Os palestinos nos territórios ocupados por Israel, os imigrantes nos Estados Unidos e os povos originários e a comunidade negra no Brasil não permitiriam cogitar essa possibilidade. O que se tem afirmado, contudo, é que a identidade política desses movimentos neofascistas (altamente racistas) organiza-se, hoje, na totalização do corpo social através do **gênero**. Para Judith Butler (2024), testemunhamos efetivamente o surgimento de um **fascismo antigênero**.

Nas últimas décadas, a mobilização de movimentos sociais feministas e LGBTQIA+ (*queer*) pelo reconhecimento de direitos das minorias de gênero e sexualidade resultou numa série de importantes ganhos sociais em boa parte do mundo, como o reconhecimento legal da união

entre pessoas do mesmo sexo e a autonomia das mulheres sobre seus direitos reprodutivos. No plano simbólico, é possível dizer que, com sua forte mobilização, esses grupos marginalizados começaram a vislumbrar a possibilidade de uma existência digna fora das sombras da abjeção cis-heteronormativa. Em resposta, movimentos e instituições sociais cuja legitimidade e ação derivam diretamente dos poderes que esses grupos colocam em xeque promoveram as próprias contraofensivas. Uma das primeiras e mais importantes delas foi a denúncia católica dos perigos da “ideologia de gênero” para as crianças, para a família e para a sociedade em geral.

Elaborada pelo Vaticano, mas rapidamente encontrando adeptos em outras denominações religiosas – especialmente, no Brasil, no evangelismo neopentecostal –, a denúncia da “ideologia de gênero”, pautada em concepções cis-heteronormativas e patriarcais, funciona como um recurso retórico eficaz por meio do qual líderes religiosos buscaram intervir na arena pública. Com ela, seu objetivo seria o de promover uma agenda política reacionária “orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos ‘não negociáveis’” (Junqueira, 2018, p. 451). O sucesso desse artefato político é inegável.

Presente na grande maioria dos movimentos de extrema direita do mundo, a invenção e a denúncia da “ideologia antigênero” não só têm conseguido pautar o debate público, como também estender suas condenações a outras “ameaças”, além daquelas morais, voltadas às dinâmicas de gênero e sexualidade. O *gênero* tornou-se um “fantasma com poderes destrutivos” (Butler, 2024, p. 11), que ameaça a santidade da família e do matrimônio e a pureza das crianças, pondo em risco a civilização e a própria vida humana. Alçada à condição de hegemonia política nas mãos da extrema direita, a “ideologia de gênero” tem funcionado como o meio pelo qual movimentos políticos reacionários e populistas instrumentalizam as ansiedades sociais causadas pelas crises do capitalismo tardio, de forma a instilar e fomentar o pânico social.

Essa instrumentalização é sumariamente autoritária, pois identifica “minorias sexuais e de gênero como perigosas para a sociedade, como exemplos da força mais destrutiva do mundo, a fim de privá-las de seus direitos, proteções e liberdades fundamentais” (Butler, 2024, p. 13). Não há dúvida de que a ideologia antigênero concentra ansiedades sociais contemporâneas. Se o passado idílico dos fascismos históricos era animado pela **raça**, por sociedades guerreiras livres de judeus, romani, homossexuais, comunistas etc., na narrativa do **neofascismo antigênero**, fantasia-se com um tempo antes do **gênero**, cuja restauração seria capaz de atingir ou eliminar tudo que ele representa: “uma sonhada ordem patriarcal que pode nunca ter existido, mas que ocupa o lugar da ‘história’ ou da ‘natureza’ – uma ordem que apenas um Estado forte pode restaurar” (Butler, 2024, p. 13). Mais que um movimento de retaliação (*backlash*) aos ganhos políticos da população LGBTQIA+, o neofascismo antigênero promove um projeto social próprio, centrado na “restauração do privilégio masculino” (Butler, 2024, p. 20): enquanto as ideologias

fascistas almejavam um “novo homem europeu”, a ideologia antigênero convoca o “velho homem patriarcal” para salvar a pátria das depravações provocadas pelas conquistas LGBTQIA+.

O bolsonarismo inscreve-se nessa ideologia fascista antigênero, que se estrutura em um ideal de hipervirilidade como forma de restauração dos privilégios patriarcais masculinos diante das minorias de gênero e sexualidade. Butler (2024) afirma que, no Brasil de Bolsonaro, o gênero se tornou um inimigo público, sob alegações de que poria “em dúvida o caráter natural e normativo da heterossexualidade, e que, uma vez que a ordem heterossexual deixa de ser sólida, uma enxurrada de perversidades sexuais, incluindo zoofilia e pedofilia, tomará a face da terra” (Butler, 2024, p. 10). A relação congênita entre o bolsonarismo e a ideologia antigênero está marcada na própria trajetória de ascensão de Bolsonaro como figura política: após 20 anos como um deputado federal do “baixo clero”, sua atuação política só passou a ganhar notoriedade, quando seu discurso deslocou sua ênfase do saudosismo com o regime militar e das preocupações com a segurança pública para uma cruzada contra a “ideologia de gênero” supostamente imposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Instituindo uma “virada moral” em seu discurso (Morais; Lopes, 2024), foi como “defensor” da família, das crianças e dos cidadãos de bem que Bolsonaro passou a ganhar notoriedade pública, quando, em 2011, colocou-se como um dos principais porta-vozes contra o projeto federal Escola sem Homofobia. Mais do que um simulacro para opor-se ao projeto petista, através das críticas ao “*kit gay*”, como foi apelidado por ele e seus correligionários, Bolsonaro trabalhava o aspecto “fantasmático” do gênero, representando-o como uma ameaça às crianças, à família e à nação (Gonçalves, 2024). Esse expediente foi repetidamente empregado desde então por Bolsonaro, sob a forma de declarações belicosas, coléricas e vulgares em sua cruzada político-ideológica.

Um ideal de hipervirilidade estrutura o bolsonarismo, porque articula autoritarismo militarista característico da direita reacionária brasileira e afetos totalitários de restauração do privilégio masculino, oriundos do neofascismo antigênero. É desse modo que o bolsonarismo busca promover e legitimar sua ideologia, sua atuação política e, no limite, a própria existência (Figueira; Piovezani, 2025). Considerando essa sua articulação entre a ideologia virilista dos fascismos históricos e a ideologia antigênero contemporânea, apresentamos algumas de suas principais características. O ideal de hipervirilidade materializa-se no discurso bolsonarista: i) pelo recurso à **beligerância** e ao **autoritarismo**, típicos de uma virilidade militar, no modo como significam a si mesmos, seus adversários, os acontecimentos políticos e a própria condução da vida pública; ii) pelo discurso de ódio dirigido a minorias de gênero e sexualidade, seja por meio de piadas, de ataques ou ameaças, nos quais se reafirmam o privilégio patriarcal e cis-heteronormativo masculino; e iii) pela lógica discursiva das injunções da virilidade convocadas para legitimar sua condução da vida pública e pautar suas políticas de governo – o que chamamos “razão hiperviril”.

Grosso modo, o imperativo categórico do ideal de hipervirilidade do discurso bolsonarista é o de **pensar, falar, agir e governar como um homem**. Mais do que uma presença episódica e aleatória em seus enunciados, esse ideal estrutura globalmente o discurso e a ideologia política bolsonarista. Para avançar na compreensão de sua relação com a ideologia antigênero e com a herança virilista dos fascismos históricos, apresentamos, a seguir, uma síntese da fundamentação teórica de nossas análises da “razão hiperviril”.

A análise do discurso fascista

Uma vez que partimos da posição de que o bolsonarismo é um movimento neofascista, que tem linguagem própria (Piovezani; Gentile, 2020) e em cujo cerne encontra-se a ideologia antigênero, julgamos que sua melhor compreensão exige considerar como funciona ideologicamente o fascismo. Com efeito, o que distingue os regimes fascistas de outras lógicas políticas reacionárias populistas ou militares, por exemplo, é precisamente que “o fascismo era a resultante de processos em que a ideologia desempenhava um papel muito mais autônomo e decisivo do que em outros fenômenos políticos contemporâneos” (Laclau, 1978, p. 141). Ao investirmos sobre a “razão hiperviril” bolsonarista, estamos investigando uma **especificidade** de sua lógica política.⁶ Investigar ideologias, sobretudo **políticas**, é historicamente um ofício privilegiado da análise do discurso. É por essa razão que fundamentamos nosso exame da “razão hiperviril” na tradição de análise discursiva. De seus postulados, noções e métodos, selecionamos principalmente a concepção de discurso de Laclau, conforme dissemos. Além disso, nós nos apoiaremos em sua descrição do funcionamento da “unidade ideológica” do fascismo.

O discurso como prática articulatória

Para Laclau e Mouffe (2015), o principal fundamento do funcionamento discursivo é o de produzir **articulações**: “uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178). A “totalidade estruturada”, que resulta dessas articulações, é o discurso ou, mais propriamente dito, uma **formação discursiva**.⁷ Como resultado de sua natureza articulatória, o discurso funda-se numa **impossibilidade significativa**: uma vez que os elementos discursivos se constituem ao serem discursivamente articulados, a identidade desses elementos torna-se, ao mesmo tempo, diferencial e relacional. Os elementos articulados recebem sua identidade, na medida em que se diferenciam de outros no interior do “sistema discursivo”, ao mesmo tempo que se assemelham entre si por meio da referência compartilhada à totalidade articulatória do

⁶ As lógicas políticas compreendem articulações discursivas variadas, que visam à produção de hegemonia social (Laclau, 2013).

⁷ A noção de formação discursiva tem acepções variadas de acordo com a teoria adotada. Aqui, optamos pela perspectiva de Laclau e Mouffe (2015), para quem uma formação discursiva se constitui pela “totalidade” de uma cadeia de práticas articulatórias, conjugada com o modo como a concebe Pêcheux (2014): “estrutura”, que determina o que pode e deve ser dito em dada posição ideológica do sujeito do discurso.

sistema. Nenhum elemento fornece a significação total de um discurso, o que faz com que os sentidos estejam divididos entre um vazio de identidade e uma tentativa (mais ou menos falha) de saturá-lo.

Assim, por um lado, todo discurso é assombrado por um “excesso de significação”, já que cada um de seus elementos significa mais do que o princípio que os articula; e, por outro, a “unidade” do discurso se funda na limitação desse excesso, excluindo a possibilidade de um sentido como sutura total de sua identidade e garantindo que muitos elementos possam representá-lo metonimicamente. O “excesso” do discurso constitui o “campo da discursividade”, que “determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 186). Por essa mesma razão, não pode haver uma fixação definitiva de sentido, mas apenas fixações **parciais**: “Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 187). Ao investirmos sobre a “razão hiperviril” em enunciados de Bolsonaro, buscaremos investigar o modo pelo qual o discurso bolsonarista articula gênero e política através do recurso à hipervirilidade. Antes, contudo, é importante considerar o modo específico de articulação do discurso fascista, mais especificamente, o modo particular com que articula distintas interpelações na constituição de sua “unidade ideológica”.

A unidade ideológica do fascismo

A descrição do funcionamento ideológico do fascismo foi proposta por Laclau (1978) ainda na fase estritamente marxista de seu pensamento, recorrendo à teoria da interpelação ideológica de Louis Althusser. É célebre a máxima althusseriana: “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Althusser, 2008, p. 283).⁸ Como explica Pêcheux (2014), cuja teoria discursiva também foi forjada a partir de Althusser, “o que está em jogo [na interpelação ideológica] é a identificação pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também como operário, empregado, funcionário, chefe etc.”, mas também “como é organizada sua relação com aquilo que o representa” (Pêcheux, 2014, p. 108, grifo nosso). Em suma, a interpelação ideológica seria, então, aquilo que fornece a cada indivíduo sua posição histórica, ao identificá-lo a uma posição de sujeito específica.

Existem, dirá Laclau (1978), múltiplos tipos de interpelações: familiares, jurídicas, religiosas, de classe – mas também, acrescentamos, raciais, sexuais, de gênero etc. Em sua leitura, toda ideologia seria composta de um feixe de diferentes tipos de interpelações. Já sua

⁸ Na concepção althusseriana, a ideologia não representa uma “falsa consciência” nem um “véu sobre a realidade”. No plural, elas consistem, antes, numa condição de possibilidade da política e de toda subjetividade.



“unidade”⁹ ideológica seria constituída pela articulação discursiva dessas articulações através de um princípio organizador, que mantém a coexistência relativamente “coerente” entre elas. A constituição desse princípio unificador de um discurso “é o ‘sujeito’ interpelado e assim constituído a partir desse discurso” (Laclau, 1978, p. 107). Compreender uma ideologia passa, pois, necessariamente pela compreensão da articulação de suas interpelações em seu discurso. É no modo particular como o discurso fascista as articula que o aspecto ideológico se mostra fundamental em sua lógica política.

O fascismo emerge como resposta a uma crise ideológica (Laclau, 1978). Em seu aspecto ideológico, portanto, a solução proposta pelo fascismo consiste numa tentativa radical de dissolução da “unidade do discurso ideológico dominante”: trata-se de “negar todas as interpelações menos uma”, de desenvolvê-la “em todas as suas implicações lógicas”, e de “transformá-la em uma crítica ao sistema vigente e, ao mesmo tempo, em um princípio de reestruturação de todo o campo ideológico” (Laclau, 1978, p. 109). A passagem a seguir ilustra essa ideia:

[...] a pequena burguesia alemã, radicalizada, que vivia confusamente a crise do pós-guerra, a iniquidade do Tratado de Versailles, a inflação, a ocupação estrangeira etc., era interpelada pelo nazismo como raça. Todos os aspectos antiplutocráticos, nacionalistas e democráticos, isto é, todos os elementos que constituíam a identidade das classes dominadas como povo, e, portanto, a expressão de sua contradição com o bloco de poder, estão presentes no discurso nazista, **mas o sujeito interpelado é o sujeito racial.** (Laclau, 1978, p. 126, grifo nosso).

No discurso fascista, a coexistência relativa de múltiplas interpelações cede lugar à sua submissão a uma única interpelação como princípio organizador de todas as outras. Analogamente à ideologia fascista histórica e no neofascismo antigênero bolsonarista, os indivíduos submetem-se a interpelações de muitos tipos (nacionalidade, raça, classe etc.), **mas é como sujeito generificado que o discurso antigênero os interpela.** Como consequência, as interpelações de gênero seriam o eixo monocrático organizador de todas as outras interpelações na ideologia bolsonarista. Por essa razão, postulamos que o gênero corresponde ao elemento central do “campo da discursividade” bolsonarista, isto é, objeto cuja saturação de sentido é impelida e impedida pelo discurso. No discurso bolsonarista, a articulação está num ideal de hipervirilidade, que o constitui, regula e orienta. Em outros termos, o ideal de hipervirilidade consiste no modo pelo qual o discurso bolsonarista articula suas interpelações. Com vistas a comprovar esse postulado, analisaremos alguns elementos da “razão hiperviril”, focalizando a forma como Bolsonaro constrói “pontos nodais”, ao discutir suas políticas de governo.

⁹ Laclau (1978) reitera que não se deve supor uma “consistência” ou “coerência lógica” na constituição de uma unidade ideológica. Trata-se, mais propriamente, de uma **condensação**, em sentido psicanalítico, na qual cada elemento representa metonimicamente a totalidade da “unidade ideológica”.

A “razão hiperviril” no discurso de Jair Bolsonaro

Retomemos, brevemente, as características do ideal de hipervirilidade bolsonarista. Ele se configura pelo recurso a uma *performance* retórica beligerante e autoritária, no modo como significa seus aliados e adversários políticos e como concebe a atuação na vida pública. Em suas versões manifestamente antigênero, a hipervirilidade bolsonarista também se materializa pelo discurso de ódio contra minorias de gênero e sexualidade, reafirmando a posição do “homem patriarcal”. Como dissemos, a forma básica de articulação do ideal de hipervirilidade é a “razão hiperviril”, isto é, o recurso às dinâmicas cis-heteronormativas e masculinistas para legitimar os discursos bolsonaristas e as medidas de seu governo. “Razão” compreende aqui alguns sentidos: sinônimo de “pensamento” ou até mesmo de “discurso”, como forma de atribuir inteligibilidade ao mundo. Além disso, corresponde à justificativa para pensar, falar e agir. Enfim, abrange ainda sua acepção matemática, como quociente entre grandezas de mesma natureza: a hipervirilidade como a razão entre interpelações variadas no discurso bolsonarista.

Com base em fragmentos de duas *lives* de Bolsonaro, analisamos a produção de sentidos do ponto nodal “povo brasileiro” a partir da “razão hiperviril”.¹⁰ Na primeira, observamos a justificação de duas alterações no passaporte brasileiro. Buscamos explicitar ali os modos pelos quais o discurso bolsonarista interpela jurídica e politicamente o “povo brasileiro” como “cidadão”, submetendo-o a interpelações de gênero. Na segunda, analisamos a forma do ataque de Bolsonaro ao isolamento social durante o início da pandemia da covid-19. Interessa-nos examinar o modo como o “povo brasileiro” é interpelado a partir de dinâmicas de legitimação típicas da subjetivação masculina.

“Pai e mãe, e ponto final”: cidadania, nacionalismo e cis-heteronormatividade

O primeiro caso é manifesto e emblemático do funcionamento da “razão hiperviril” no discurso de Jair Bolsonaro. Trata-se da *live* do dia 11 de julho de 2019. Bolsonaro está acompanhado de seu chanceler, Ernesto Araújo, membro da “ala ideológica” do governo. Assim como Bolsonaro, Araújo é também um conhecido adepto da ideologia antigênero. Analisamos a passagem em que discutem o novo passaporte, na qual identificamos a articulação entre a construção do “cidadão brasileiro” a partir da interpelação de gênero para fixação do ponto nodal “povo brasileiro”.

Bolsonaro e Araújo anunciam duas mudanças no passaporte: a inclusão do Brasão da República na capa e a alteração nos dados pessoais na ficha para solicitação do documento. Em uma expressão típica da lógica política populista, Bolsonaro declara que as alterações no passaporte atendiam a um “clamor da parte de muita gente”. Na mesma direção, Araújo assinala

¹⁰ Seguimos, aqui, as considerações de Laclau (2013) sobre a lógica política populista e sua concepção de que o fascismo é uma espécie de “populismo reacionário e autoritário”. Contudo, não trataremos de outras características populistas, já analisadas por farta literatura, para privilegiar a “especificidade fascista” do discurso bolsonarista ao significar o “povo brasileiro”.



que a alteração veio suprir a alegada “vergonha do país” provocada pelos governos petistas. Justifica-se, assim, a inclusão do Brasão, porque um governo quer o que seu “povo” quer, e o que o “povo” quer é um governo orgulhoso de seu país, que exalte seus símbolos nacionais. O passaporte é um documento de identidade oficial – logo, um meio pelo qual o Estado interpela todo indivíduo nativo como um “cidadão brasileiro”. Em uma primeira instância, portanto, trata-se da reiteração do funcionamento da interpelação através do **aparelho jurídico** – o aparelho ideológico de Estado por excelência (Althusser, 2008). Por meio dos “símbolos nacionais”, reafirma-se a articulação basilar entre as interpelações jurídica e nacionalista (entre o **sujeito de direito** e o **sujeito nacional**) para significar o ponto nodal “povo brasileiro” como “cidadão nacional”. Essa parece ser a articulação de maior expressão na justificativa dessa primeira alteração do passaporte.

Cabe dizer, contudo, que não foi qualquer símbolo escolhido para representar o orgulho pelo país, mas o Brasão da República, também chamado de Brasão de Armas Nacionais. Além de estar presente em todos os prédios públicos brasileiros, também é incorporado pelas Forças Armadas, uma vez que costuma representar a “glória”, a “honra” e a “nobreza” do país”. Esse poderia ser um fato de menor importância, mas, em se tratando do bolsonarismo, merece alguma atenção: diferentemente do Selo ou da Bandeira Nacional, os valores que o Brasão representa estão em direta associação com a história da subjetivação masculina, especialmente com expressões militaristas de virilidade (Ambra, 2015). Tais expressões derivam do ideal de hipervirilidade bolsonarista e o reforçam. Assim, mesmo que lateralmente, ao referir-se ao Brasão como sinônimo de “orgulho do país”, o gênero se insinua na significação do “povo brasileiro” no discurso bolsonarista.

Na segunda alteração, contudo, as interpelações de gênero tornam-se explícitas. A ficha de solicitação do passaporte foi modificada de forma que, onde antes se preenchia “filiação 1” e “filiação 2”, agora constaria “pai” e “mãe”. Nesse caso, estamos lidando com uma típica prática de retaliação do movimento antigênero. Dirigindo-se a alguém que o acompanha em sua transmissão, Bolsonaro indaga:

Você nasceu do quê? Do ventre do homem ou de uma mulher? Todo mundo nasce do ventre de uma mulher, ponto final! Acaba com esse negócio [de] “genitor um”, “genitor dois”, não sei o quê... Acaba com essa história. Pai e mãe, e ponto final.¹¹

Sair em defesa da “família brasileira”, composta exclusiva e necessariamente de um casal heterossexual cisgênero, é uma das principais tópicos do discurso bolsonarista, além de um

¹¹ Transcrição disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=f101a470b718786b&p=1&docid=8c5c0b64271ec2f6_f101a470b718786b_0_0&page=2&dapvm=2. Acesso em: 27 ago. 2025. Localizável na página 5 do documento.

traço de sua *performance* política hiperviril. São inúmeros os episódios de seus embates pela família, pelas crianças e pela sociedade brasileira. Em 2012, por exemplo, Bolsonaro atacou duramente o Plano Nacional de Direitos LGBT, o qual Dilma Rousseff buscava implementar. Enfurecia-se porque, além de prever incluir configurações familiares protagonizadas por minorias de gênero e sexualidade no planejamento familiar e nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde (SUS), suas diretrizes políticas baseavam-se explicitamente na “desconstrução da heteronormatividade” (Brasil, 2009, p. 26). Na ideologia antigênero, o desafio aos privilégios e poderes masculinos da heteronormatividade patriarcal torna-se uma ameaça à própria existência das famílias heterossexuais. Bolsonaro esbravejava suas denúncias: “As escolas têm ensinado que papai e mamãe está errado” (*apud* Gonçalves, 2024, p. 104). A modificação na ficha de solicitação do passaporte inscreve-se, portanto, na história de sua cruzada pela “família tradicional brasileira”.

A pergunta retórica de Bolsonaro e as formas de sua resposta são características do modo como o neofascismo antigênero interpela seus indivíduos. Performando sua oratória hiperviril, Bolsonaro expressa-se autoritariamente, em tom inquisitivo e beligerante, subindo o volume de voz e explicitando reiteradamente sua intransigência (“ponto final!”, “acaba com essa história”). Seu pronunciamento articula uma série de “evidências” – no sentido althusseriano – da ideologia antigênero: emprega uma lógica disjuntiva, em que só é possível ser homem ou mulher, mutuamente exclusivos, reafirmando a binaridade de gênero e a heteronormatividade (“do homem ou da mulher”, “pai e mãe, é simples”); também recorre à naturalização da identidade de gênero, inscrevendo-a, através do “ventre”, no corpo biológico da mulher. Interpela, assim, monologicamente, seu locutor, oferecendo-lhe as “evidências” cis-heteronormativas, para, em seguida, expressar a única resposta possível: reafirmá-las.

Aquela pequena modificação na identificação do parentesco no passaporte, portanto, é muito mais significativa do que sua simplicidade pode fazê-la parecer. Tem efeitos práticos antigênero: reconhecer exclusivamente formas tradicionais de parentesco consiste num ataque direto aos direitos adquiridos das minorias sexuais e de gênero, cujas organizações familiares e cuja identidade de gênero não são mais admitidas como legítimas. É uma forma jurídica de restauração dos privilégios masculinos e heteronormativos. Mais ainda, no que nos concerne aqui, ela também aponta para o modo como o bolsonarismo coordena a interpelação político-jurídica à interpelação de gênero: o “cidadão” e o “povo brasileiro” passam a ser significados mediante dinâmicas de gênero e sexualidade. Se todo “cidadão brasileiro” nasceu obrigatoriamente de uma “mulher biológica”, precede à significação de “cidadão” sua inscrição em um dispositivo cis-heteronormativo. Em outras palavras, o recurso à “razão hiperviril” para legitimar a alteração no passaporte deixa ver que, **na ideologia bolsonarista, o “povo brasileiro” é definido por seu gênero e sexualidade**, necessariamente composto de

“homens” e “mulheres”, compulsoriamente heterossexuais e distribuídos desigualmente nesta ordem e hierarquia: o “pai” e, só depois e abaixo, a “mãe”.

“O brasileiro tem um corpo blindado”: economia, invulnerabilidade e virilismo

Reafirmar explicitamente os privilégios masculinos patriarcais e a cis-heteronormatividade atacando os direitos e as pessoas de minorias de gênero e sexualidade é, talvez, a forma mais explícita da “razão hiperviril”. Há, contudo, formas mais sutis. Foi esse o caso da política adotada pelo governo de Bolsonaro quanto ao isolamento social, comentada na *live* de 26 de março de 2020, transmitida ainda nas primeiras semanas da pandemia da covid-19 no Brasil.

A política de governo de Bolsonaro diante da pandemia foi uma atroz estratégia política, que atendia a interesses hegemônicos do capital e visava à sua reeleição em 2022: “A economia não pode parar” (Economia..., 2020), foi um enunciado dito e repetido diversas vezes em seus pronunciamentos, submetendo, assim, a proteção da vida dos cidadãos brasileiros à manutenção da economia em uma perspectiva manifestamente neoliberal (Araújo, 2025). Essa política de “enfrentamento” é a tônica da *live*: apostando em seu discurso populista, mostrando-se como grande guardião da família e do povo brasileiro, Bolsonaro menospreza os riscos da pandemia, que seria meramente uma onda passageira – “o vírus vem e vai” –, enquanto “o que não pode chegar é uma onda de desemprego em cima de você, que essa demora para passar. Não é só o Brasil que vai para o buraco não, vai [sic] as nossas famílias” (Economia..., 2020). Tragicamente, as consequências concretas dessa postura já nos são bem conhecidas: o Brasil somou mais de 700 mil mortes por conta do novo coronavírus, das quais 400 mil seriam evitáveis se tomadas as medidas sanitárias adequadas (Werneck *et al.*, 2021). Bolsonaro sustenta sua política de austeridade sanitária através de interpelações de gênero típicas das dinâmicas de masculinidade.¹²

A crise relativamente inesperada causada pela pandemia do coronavírus teria interrompido o curso normal do governo bolsonarista, tornando seu apelo conservador e patriótico insuficientes para legitimar seu governo. Para reafirmar seu poder e demonstrar sua força e vitalidade, Bolsonaro dobrou a aposta em seu “*ethos* hipermasculino” – constitutivo, lembramos, de sua hipervirilidade. A subjetivação masculina, dirá Courtine (2012), exige dos homens que se mostrem sempre “à altura dos desafios”, não deixando jamais espaço para uma forma ordinária de vulnerabilidade ou de fraqueza. Reconhecer a gravidade da doença, assim, poderia ser um sinal de submissão ou queda à feminilidade. Performando a **invulnerabilidade** e o **descaso com o cuidado de si e dos outros** típicos da socialização masculina (Medrado *et al.*, 2021), Bolsonaro demonstrou sua “hombridade” em aparições públicas nas quais se recusava a

¹² Ver a noção de “mito viril” que fundamenta a subjetivação à masculinidade em Ambra (2015).

usar máscara de proteção, contrariando as duas principais medidas profiláticas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde OMS), além de lhes rechaçar reiteradamente em pronunciamentos inflamados para a imprensa e durante encontros com representantes do setor produtivo brasileiro.

Mais do que apenas se apresentar como um “homem de verdade”, Bolsonaro interpelou o “povo brasileiro” a partir das injunções da virilidade. São conhecidas suas declarações em que convoca a população a “estar à altura” no enfrentamento da doença: “Essa é uma realidade, o vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque” (Behnke, 2020). O apelo à coragem é significativo: “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” (Maia, 2020). Em nome da invulnerabilidade masculina e do descaso com a saúde, Bolsonaro também menosprezou, em sua *live*, a gravidade da pandemia. Reiterou declarações passadas, afirmando tratar-se de uma “gripezinha” ou um “resfriadinho”, chamando de “exagerar na dose”, por exemplo, as medidas de prefeituras de cidades com poucos habitantes que decretaram a quarentena. Além disso, o apelo social para que se fizesse o devido isolamento social foi qualificado por Bolsonaro como “neurose” e “histeria” – esta última, vale dizer, uma enfermidade historicamente vista como uma **condição feminina**. Nesse sentido, foi por ele forjada uma representação explícita do “brasileiro” como **invulnerável**:

A gente vê, às vezes, em certas comunidades, dá uma chuva, o cara fica pulando o rio ali, junto com o esgoto etc. O cara não pega nada, pô. Nem leptospirose ele pega. Não pega nada, tá certo? Mas tudo bem. Parece que o brasileiro realmente tem um corpo blindado nessa questão aí.¹³

Comparada a doenças graves como leptospirose ou outras afecções geradas pelo contato com águas poluídas, a “gripezinha” do coronavírus não teria nenhuma consequência para a saúde do “brasileiro”. Vejamos, ainda, as seguintes predicções parafrásticas de “brasileiro” em sua *live*: o brasileiro, **“tem que ser estudado”**, **“tem um corpo aí blindado”** e **“é uma pessoa excepcional”**.¹⁴ Essas predicções produzem equivalências e encadeamentos: “o brasileiro tem que ser estudado *porque* é excepcional, *uma vez que* tem o corpo blindado”. A atribuição dessa condição excepcional ao “povo brasileiro” nada tem de aleatória. Em outras palavras, para sustentar seu rechaço à quarentena e justificar sua priorização da economia, em detrimento das medidas sanitárias adequadas, Bolsonaro inscreve traços virilistas nessa conveniente e parcial

¹³ Transcrição disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=f101a470b718786b&p=1&docid=a4a7f6c494e4dac_f101a470b718786b_0_0&page=2&labels=9a235813bd425025&dapvm=2. Acesso em: 27 ago. 2025. Localizável na página 6 do documento.

¹⁴ Transcrição disponível em: https://journaliststudio.google.com/pinpoint/document-view?collection=f101a470b718786b&p=1&docid=a4a7f6c494e4dac_f101a470b718786b_0_0&page=2&labels=9a235813bd425025&dapvm=2. Acesso em: 27 ago. 2025. Localizável nas páginas 6, 6 e 12 do documento, respectivamente.



definição do “povo brasileiro”. Para o bolsonarismo, enfim, o “povo brasileiro” é – ou tem de ser – um **povo viril**.

Durante séculos, a coragem, virtude viril por excelência, foi prerrogativa da aristocracia. Por sua vez, os plebeus eram considerados naturalmente covardes. Constatamos, aqui, que a hipervirilidade é um elemento constitutivo e estruturante do discurso bolsonarista. Em seu interior, a razão hiperviril projeta qualidades e posturas da masculinidade estereotipada e hiperbolizada a sujeitos do povo governado, somente para que eles possam ser vetores da difusão da cis-heteronormatividade e continuem a se sujeitar “corajosamente” a seus senhores.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. In: ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 251-294. Texto escrito originalmente em 1971.
- AMBRA, Pedro. *O que é um homem?* São Paulo: Annablume, 2015.
- ARAÚJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 71, p. 77-112, jan./abr. 2025.
- ATTUCH, Leonardo. Neoliberalismo, manipulação pela fé e repressão: a fórmula da extrema-direita para o Brasil. *Brasil 247*, [s. l.], 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/neoliberalismo-manipulacao-pela-fe-e-repressao-a-formula-da-extrema-direita-para-o-brasil>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Conclusão. In: CORBIN, Alain ; COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges (dir.). *História da virilidade*. Tradução: Francisco Morás et al. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 2, p. 503-512.
- BEHNKE, Emilly. Bolsonaro sobre mortos por covid-19: 'Não sou coveiro, tá?'. *Terra*, Brasília, DF, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/bolsonaro-sobre-mortos-por-covid-19-nao-sou-coveiro-ta,7bddb2262ea30375db094738bb84dc8ckbko6paj.html>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BOITO, Armando. Porque caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 50, n. 1, p. 111-119, mar. 2020.
- BORBA, Rodrigo. *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo: Cortez, 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.
- CHAPOUTOT, Johann. Virilidade fascista. In: CORBIN, Alain ; COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges (dir.). *História da virilidade*. Tradução: Francisco Morás *et al.* v. 3, p. 335-363.
- COURTINE, Jean-Jacques. La virilité est-elle en crise? *Études*, Paris, v. 2, n. 1, p. 175-185, 2012.
- ECONOMIA não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. *CNN Brasil*, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- FIGUEIRA, Filipo; PIOVEZANI, Carlos. O discurso bolsonarista e a retórica da hipervirilidade. In: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; SEIXAS, Rodrigo (org.). *Argumentação e conflito*. Campinas: Pontes, 2025. p. 149-178.
- FORNER, Oscar Milton Cowley. *A masculinidade no discurso político de extrema-direita*. 2024. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- GONÇALVES, Carlos Henrique Bem. O bolsonarismo como regime político e registro discursivo. 2024. 162 f. Tese (Doutorado) – Curso de Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da “ideologia de gênero”. *Psicologia Política*, [s. l.], v. 18, n. 43. p. 449-502, set./dez. 2018.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista*. Tradução: João Maia, Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr., Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.
- MAIA, Gustavo *et al.* 'Tem que deixar de ser um país de maricas', diz Bolsonaro sobre Covid-19. *O Globo*, Brasília, DF, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19-1-24739111>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- MEDRADO, Benedito *et al.* Homens e masculinidades e o novo coronavírus. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 179-183, jan. 2021.
- MIGUEL, Luís Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 62, p. 1-12, 2021.



- MORAIS, Argus Romero Abreu de; LOPES, Luiz Paulo Moita. "Virada moral" e entextualização do homossexual como pedófilo em falas de Bolsonaro no congresso (2000 a 2018). *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, [s.l.], v. 68, p. 1-27, 2024.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. *A linguagem fascista*. São Paulo: Hedra, 2020.
- REVISTA Piauí: as *lives* de Bolsonaro. [S.l.]: Revista Piauí, [2022]. Disponível em: <https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=f101a470b718786b>. Acesso em: 14 maio 2024.
- SILVA, Danillo da Conceição Pereira. *A linguagem contra a democracia: registros discursivos antigênero na política do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. 2022. 318 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.
- WERNECK, Guilherme *et al.* *Mortes evitáveis por covid-19 no Brasil*. São Paulo: OXFAM Brasil, 2021.